

V22 N64 | 2023

<http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2023-N64-1642>

Entre contexto e ação: movimentos sociais, condições estruturais-estruturantes e contextos políticos

Gustavo Moura de Oliveira

Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Ciudad de México, México
comanchi@hotmail.com

Recibido: 30.07.2021 | **Aceptado:** 12.08.2022

Resumo: Na virada de século, uma série de países sul-americanos inauguraram dinâmicas de relações Estado-movimentos subalternos não antes experimentadas na América Latina. Os históricos vínculos entre as lideranças partidárias e as dos movimentos, muitas vezes sobrepostos, inclusive, produziram tanto uma oportunidade quanto reforçaram um dilema histórico: contar ou não contar com o Estado nas táticas de lutas? Partindo do pressuposto de que os Estados-nação não são blocos homogêneos e tampouco idênticos entre si, argumento neste texto que o contexto político importa para a análise da ação dos movimentos subalternos porque toda a ação produz efeitos nos contextos; e vice-versa. Sendo assim, busquei aqui organizar uma seleção de condições estruturais-estruturantes que são parte do sistema-mundo capitalista-colonial e que devem ser sistematizadas e operacionalizadas para que a análise da ação dos movimentos articule contexto e ação. Tratando-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, levada a cabo com base em trabalhos anteriores próprios e em revisão da literatura especializada, os resultados indicam que a identificação dos projetos políticos, dos tipos de governo e das dinâmicas das relações internacionais (associações diplomática e macroeconômica) pode ser uma forma promissora para a definição de padrões tendenciais de relações Estado-movimentos que terminarão caracterizando-se como integrativos-cooperados ou violentos-hostis.

Palavras-chave: Movimentos sociais; contexto político; projetos políticos; tipos de governo; relações internacionais.

Entre contexto y acción: movimientos sociales, condiciones estructurales-estructurantes y contextos políticos

Resumen: En el cambio de siglo, una serie de países sudamericanos inauguraron dinámicas de relaciones Estado-movimientos subalternos no experimentadas previamente en América Latina. Los vínculos históricos entre los liderazgos de partidos y movimientos, a menudo superpuestos, incluso, produjeron una oportunidad, pero también reforzaron un dilema histórico: ¿contar o no con el Estado en las tácticas de lucha? Suponiendo que los Estados-nación no son bloques homogéneos ni idénticos entre sí, sostengo en este texto que el contexto político es importante para el análisis de la acción de los movimientos subalternos porque toda la acción produce efectos en los contextos; y viceversa. Por lo tanto, busqué organizar aquí una selección de condiciones estructurales-estructurantes que son parte del sistema-mundo colonial-capitalista y que deben ser sistematizadas y operacionalizadas para que el análisis de la acción de los movimientos articule contexto y acción. Al tratarse de una investigación de enfoque cualitativo, realizada con base en trabajos previos propios y en una revisión de la literatura especializada, los resultados indican que la identificación de los proyectos políticos, de los tipos de gobierno y de las dinámicas de las relaciones internacionales (asociaciones diplomáticas y macroeconómicas) puede ser una forma potente de definición de patrones tendenciales de las relaciones Estado-movimientos que acabarán caracterizándose como integradores-cooperativos o violentos-hostiles.

Palabras clave: Movimientos sociales; contexto político; proyectos políticos; tipos de gobierno; relaciones internacionales.

Between context and action: social movements, structural-structuring conditions and political contexts

Abstract: At the turn of the century, a series of South American countries inaugurated dynamics of State-subaltern movement relations not previously experienced in Latin America. The historical links between party and movement leaders, often overlapping, even produced an opportunity and reinforced a historical dilemma: to count or not to rely on

the State in the tactics of struggle? Assuming that nation-states are neither homogeneous blocks nor identical with each other, I argue in this text that the political context matters for the analysis of the action of subaltern movements because every action produces effects in the contexts; and vice versa. Therefore, I sought to organize here a selection of structural-structuring conditions that are part of the colonial-capitalist world-system and that must be systematized and operationalized so that the analysis of the action of movements articulates context and action. As this is a qualitative approach research, carried out based on previous work and on a review of specialized literature, the results indicate that the identification of political projects, types of government and the dynamics of international relations (diplomatic and macroeconomic associations) may be a promising way to define trend patterns of State-movement relations that will end up being characterized as integrative-cooperative or violent-hostile.

Keywords: Social movements; political context; political projects; types of government; international relations.

Como citar este artigo:

Moura de Oliveira, G. (2023). Entre contexto e ação: movimentos sociais, condições estruturais-estruturantes e contextos políticos. *Polis Revista Latinoamericana*, 22 (64), 165-199. doi <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2023-N64-1642>

Introdução

Guardadas as particularidades internas impostas pela diferença Norte-Sul (ou, se se quer, centro-periferia) no sistema-mundo capitalista-colonial, a América do Sul foi palco, na primeira década do novo milênio, de uma série de experiências fundamentadas por boa parte do receituário social-democrata. Respondendo ao avanço neoliberal experimentado pela primeira vez no Chile do pós-Golpe de Pinochet (1973), espalhado pela região em sua quase totalidade até a década de 1990, a resposta sustentada por ampla mobilização popular e decisivamente articulada no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), de 2001, viria

com as eleições de Lula no Brasil (2003), de Néstor Kirchner na Argentina (2003), de Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), de Evo Morales na Bolívia (2006), de Rafael Correa no Equador (2007) e de Fernando Lugo no Paraguai (2008); e, de ainda antes do FSM, a Revolução Bolivariana na Venezuela (1999).

Os mencionados países inauguraram uma série de dinâmicas de relações Estado-movimentos sociais subalternos (a partir daqui, sempre que não acarretar em prejuízos interpretativos, apenas movimentos subalternos¹) não antes experimentadas na América Latina. Os históricos vínculos entre as lideranças partidárias e as dos movimentos, muitas vezes sobrepostos, inclusive, produziram tanto uma oportunidade quanto reforçaram um dilema histórico: contar ou não contar com o Estado nas táticas de lutas? Para o caso brasileiro, país sobre o qual projeto específico interesse por ser o país de onde enuncio estas linhas, tanto os movimentos considerados mais tradicionais, como os sindicais e os de luta pela terra, por exemplo, quanto movimentos contemporâneos (feminismos, antirracismos, LGBTQIA+, etc.) não titubearam diante da oportunidade política que se colocava: era preciso aproveitar a característica democrático-participativa do nascente governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para incidir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas desde dentro do Estado. No México, por outro lado —país que também me interessa aqui por ter sido (e continuar sendo) universo empírico de minhas investigações (Oliveira; Dowbor, 2020a; Oliveira, 2021)—, onde as primeiras políticas econômicas neoliberais foram inauguradas em 1982 sendo freadas somente muito recentemente, em 2018, tal oportunidade nunca se colocou.

Dessa forma, enquanto na América do Sul as mencionadas experiências daqueles governos vinculados aos movimentos

¹ Ver meu argumento sobre a condição subalterna e os movimentos subalternos latino-americanos (Oliveira, 2021).

subalternos literalmente abriam seus respectivos Estados à participação institucional, no México, em 2003, o Movimento Zapatista inaugurava seus *Caracoles* como espaços mais ou menos libertados das estruturas de poder e dominação do sistema-mundo capitalista-colonial, das quais os Estados-nação são parte. Para além de não contarem como o Estado em suas táticas de ação, a experiência Zapatista viraria de costas a ele sequer permitindo que suas políticas e poderes de polícia adentrassem em seus territórios. Diante destes cenários que colocaram o Brasil e o México dos primeiros anos do corrente século em posições opostas em relação às oportunidades políticas que se apresentavam aos movimentos subalternos, aquela questão acima mencionada parece-me ter encontrado duas representações bastante férteis para a análise acadêmica: enquanto no Brasil as abordagens que contam com o Estado perceberiam caminho aberto, no México, pelo contrário, seriam aquelas abordagens mais críticas a ideia de Estado como campo de lutas que tendencialmente se fortaleceriam.

Neste contexto, este texto apresenta uma discussão de abordagem qualitativa e teórico-metodológica, baseada no acumulado de investigações precedentes minhas, assim como a partir de revisão da literatura especializada sobre a temática acima mencionada. Meu argumento central, que buscarei defender no decorrer do texto, é o que indica que o contexto político importa para a análise da ação dos movimentos subalternos. Ele importa porque, para além de ser um dos fatores condicionadores da ação dos movimentos, sua sistematização ajuda na definição de diagnósticos dos limites da forma-Estado[-nação] e da democracia [liberal] vigentes em boa parte dos países latino-americanos. Um diagnóstico rigoroso da forma-Estado e da democracia vigentes na América Latina é pressuposto para a reflexão seja dos próprios movimentos subalternos seja dos analistas de movimentos sobre o alcance das demandas dos

primeiros. Se a demanda de um movimento determinado é a radicalização da democracia e a auto-organização substantiva da vida em comum (Oliveira, 2021), por exemplo, o diagnóstico do contexto político poderá indicar para o emprego de mais ou menos recursos nas ações que contam com o Estado (aquelas apesar ou com ele) e mais ou menos nas que dispensam o Estado (aquelas para além dele)².

Nesta esteira apresentarei, neste esforço, uma proposta de esquema metodológico construído a partir de distintas contribuições teóricas, portanto um esquema teórico-metodológico, com o qual espero poder contribuir aos estudos sobre movimentos sociais desde uma perspectiva que não abre mão de perceber que toda a ação coletiva se dá nos marcos do sistema-mundo capitalista-colonial e que, portanto, é mais ou menos atravessada pelas estruturas de poder e dominação que sustentam e fazem se reproduzir tal sistema mundial. No seio desta perspectiva, a questão principal que tento responder, é: quais são as condições estruturais-estruturantes mínimas, dentre outras, do sistema-mundo capitalista-colonial que devem ser acionadas e operacionalizadas para que a análise da ação dos movimentos subalternos latino-americanos não termine prejudicada pela baixa ou inexistente relação entre contexto [político] e ação [de movimentos subalternos]? Diante desta abrangente questão, meu objetivo aqui é o de propor um conjunto de condições estruturais-estruturantes que permitam enquadrar contextos políticos como produtores de padrões tendenciais de relações Estado-movimentos que poderão apresentar-se como integrativos-cooperados ou como violentos-hostis.

² Inspirado nos trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (2006, 2010) e Ana Cecilia Dinerstein (2013), já refleti demoradamente sobre a ideia de ações de movimentos que se desenrolam **para além, apesar e com o Estado** (Oliveira, 2021).

Além desta seção introdutória e de uma última de reflexões finais, o presente texto está organizado contando com outras duas seções: uma que reflete sobre algumas lacunas das discussões sobre movimentos sociais pós-1960 e a outra que propõe um esquema teórico-metodológico para a definição de padrões tendenciais de relações Estado-movimentos.

Lacunas nas discussões sobre movimentos sociais

Uma das principais lacunas dos estudos sobre movimentos sociais, pelo menos a partir da década de 1960, pode ser sua insuficiente articulação com uma mirada estrutural da reprodução social. Mirada estrutural aqui entendida como um olhar que vai mais além da ação coletiva em si mesma, ou seja, um olhar que não considera unicamente as variáveis relacionadas aos próprios movimentos ou a eles e aos Estados-nação dos quais eles são parte, mas que olhe para os contextos políticos de forma mais ampla, alcançando suas demais estruturas.

Nesta esteira, uma alternativa para compreender os contextos políticos poderia ser a abordagem das Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP) (Tarrow, 2009; Tilly, 2006), desdobramento da Teoria do Processo Político (TPP). No entanto, esta abordagem me parece insuficiente por dois motivos. O primeiro e mais importante: porque trata-se de uma abordagem centrada no Estado; justamente por isso, ela não alcança as experiências para além dele, o que por si só já inviabiliza sua utilização nas análises de movimentos que não interagem diretamente com o Estado. Vale a pena assinalar, no entanto, que há na TPP um olhar estrutural à ação dos movimentos, mas um olhar que não transcende do Estado nacional à outras condições estruturais que importam. Em segundo lugar, porque inicialmente tratou-se de uma abordagem que entregava ao Estado e às oportunidades políticas por ele criadas o papel ativador da ação

coletiva, ou seja, os movimentos apenas reagiriam à ação estatal; argumento que gerou muitas críticas protagonizadas, em boa medida, pela literatura brasileira de movimentos sociais e participação institucional. Posteriormente, a abordagem passou por revisões que buscaram resolver tal questão, mas, que acabaram criando outras inconsistências:

“No que se refere à literatura nacional [brasileira], apesar dos avanços da última década, não temos ainda uma reflexão sistemática sobre como abordar o ‘contexto político’ e, particularmente, como ele importa para a análise de formas e resultados da atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas. No que se refere à literatura internacional, observa-se que, embora vários autores problematizem o conceito de ‘estrutura de oportunidade política’, o contexto ainda emerge em grande parte das análises como um cenário inerentemente externo aos movimentos que estabelece oportunidades ou ameaças e constringe suas ações.” (Abers et al., 2018, p. 16).

Com este panorama em tela, por um lado cresce o compromisso do pesquisador em esmiuçar isto que tão difusamente se acostumou chamar de contexto político. Por outro lado, e como consequência deste compromisso, abrem-se possibilidades de inovações e experimentações no que diz respeito ao horizonte ao qual se mira quando se fala do contexto político e da busca por esquemas e indicadores ou condições que ajudem na sistematização das experiências concretas para o plano analítico-conceitual. Circundando esta mesma discussão, contribuem Breno Bringel e Alfredo Falero,

“Los estudios tradicionales de movimientos sociales tienden a defender la hipótesis, bastante intuitiva, de que la emergencia de gobiernos de centro-izquierda y de izquierda, con algún tipo de afinidad con los movimientos, abre un escenario de mayor

apertura hacia sus agendas y demandas. El análisis de la diversidad de situaciones ocurridas en América Latina, desde el cambio de siglo, sin embargo, nos muestra un escenario bastante más complejo, que apunta a dinámicas ambivalentes, a tensiones diversas, a límites del progresismo, a modalidades distintas de gestión de lo público, bien como a varias combinaciones posibles de apertura y cierre, consenso y coerción" (2016, p.38).

Parece-me que foi essa, mesmo —“a hipótese de que a emergência de governos de centro-esquerda e de esquerda abre um cenário de maior abertura para as agendas e demandas” dos movimentos—, a hipótese na qual apostou a literatura vinculada à TPP, a qual pertence boa parte da brasileira, mesmo considerando suas críticas. Se, por um lado, essa aposta contribuiria sobremaneira à produção do conhecimento sobre movimentos sociais e participação com suas inovadoras criações, de caráter relacional, o que sempre será condição a uma ciência que não adormeça estática, por outro lado esse desenrolar produziria o que arrisquei chamar, em outro lugar (Oliveira, 2019), de “fetichismo das instituições”. Se não estou me equivocando na caracterização de tal processo, esse fetichismo pode ter deixado escapar das análises justamente (i) suas dimensões estruturais e, para além disso, (ii) as ações e experiências de movimentos que por opção própria, lúcida e crítica optavam pelo não engajamento naquelas instituições mesmo em contextos “atraentes”. Sobre este segundo ponto, vale a pena reproduzir um argumento de Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi (2006, p. 16) para logo explorá-lo com alguns comentários:

“Las investigaciones sobre la transición y la consolidación permitieron precisar y ordenar temáticamente los retos y las tensiones estratégicas que marcaron una época histórica [de la transición de las dictaduras a las democracias en América Latina],

pero lo hicieron a un costo muy alto, pues al recurrir a los conceptos del elitismo democrático y a diversas versiones de la teoría de la elección racional, dejaron de lado el estudio de las innovaciones democráticas que portaba la propia práctica de los actores sociales cuya movilización era reconocida en los estudios transitológicos como detonante del proceso. [...] Una vez alcanzada la democracia representativa, la sociedad civil activada deja su espacio de acción a la sociedad política, la cual asume las causas y los intereses de la sociedad civil y monopoliza las funciones de la representación legítima”.

Como se pode ver, as autoras estão argumentando que a demasiada, ainda que justificável, atenção ao próprio processo da transição das ditaduras às democracias na América Latina produziu alguma sorte de esquecimento ou desperdício em relação a distinção democracia liberal (que elas chamaram de democracia eleitoral ou elitista em dado momento) versus democracia participativa, tomando a primeira como norma; o passar do tempo, no entanto, lançaria o devido foco das análises à democracia participativa. Esse novo foco produziu, contudo, uma nova ordem de desperdício: se no contexto das redemocratizações olhou-se muito para o próprio processo de transição tendo a característica representativa da democracia liberal como horizonte, a posterior “novidade da participação institucional” marginalizaria as experiências que não deixaram de denunciar os limites da participação no contexto das democracias liberais; experiências, essas, que não raras vezes podem ter estado praticando formas radicalizadas de democracia; ou de autonomia —como-práxis— democrática, como defendi em outro lugar (Oliveira, 2021) ser o caso dos Zapatistas no México.

Aquelas duas lacunas acima mencionadas ([i] as dimensões estruturais e [ii] as ações e experiências de movimentos que optam pelo não engajamento nas instituições participativas) precisam ser

tratados separadamente para fins analíticos. A primeira é externa às experimentações dos movimentos subalternos nunca totalmente externa já que as estruturas atravessam suas tomadas de decisão e ações —enquanto que o segundo é interno— nunca totalmente interno já que toda a ação influenciará em alguma medida as estruturas³. Neste texto, do que se refere a estas duas abordagens (externa e interna às experiências), me concentro no que é externo, por tanto estrutural, restando para esforços futuros a apresentação de uma proposta que tentará dar conta de explicar por que agem como agem os movimentos em suas relações com o Estado.

Nesta esteira, tanto minha relação com o tema da ação autônoma de movimentos (Oliveira, 2019; 2021; Oliveira; Dowbor, 2018, 2020a, 2020b) quanto o diagnóstico do baixo interesse das análises de movimentos sociais brasileiras pelas dimensões estruturais me empurravam para a discussão sobre contexto político, como também fizeram recentemente Rebecca Abers, Marcelo Kunrath Silva e Luciana Tatajiba (2018). Me empurravam para mais: para as reflexões sobre como caracterizar distintos contextos políticos para perceber como eles impactam a relação entre Estado e movimentos subalternos; isso sem perder de vista que a análise dos contextos me ajudaria também a perceber oportunidades políticas —como fez a TPP, mas também para além

3 Vale a pena registrar que em relação a essa tensão entre as dimensões interna (ou seja, a capacidade de lucidez, reflexão e crítica interna dos movimentos) e externa (ou seja, as redes de interações nas quais os movimentos se engajam, das quais o Estado é parte, não o todo) aos movimentos há um importante pioneirismo da literatura brasileira de movimentos sociais e participação que criticou parte das ideias das EOP e, por sua vez, da TPP. De tal pioneirismo se consolidaria o argumento de que os movimentos não apenas reagem às oportunidades políticas, mas, por exemplo, influenciam previamente e durante o aparecimento delas; daí dizer que a ação dos movimentos é relacional. O caso brasileiro no qual as oportunidades de participação aumentaram amplamente com a chegada de Lula ao governo federal é exemplar. As oportunidades de participação institucional durante os governos do PT só foram possíveis, entre outros fatores, pelo engajamento dos movimentos subalternos brasileiros no projeto que elegeu Lula presidente, em 2002. Ou seja, a oportunidade de participar não foi um acontecimento externo aos movimentos, mas uma construção da qual eles foram parte.

dela, já que o seu limite era o Estado— e a qualidade da participação institucional. Se, como já mencionado, as contribuições das reflexões sobre as EOP não me pareciam suficientes, é preciso destacar que Abers, Silva e Tatagiba realizaram importante esforço para encontrar saídas àquelas insuficiências.

A proposta das autoras de definir os contextos a partir da análise dos (i) regimes e dos (ii) atores politicamente relevantes e subsistemas de políticas públicas é bastante promissora porque cruza a dimensão mais ampla do universo investigado (regimes) com a das especificidades de cada caso (atores politicamente relevantes e subsistemas de políticas). Em relação à proposta da análise dos regimes, pretendo deixar como contribuição de minhas reflexões às autoras o esforço da definição de condições estruturais-estruturantes para que seja possível a operacionalização das análises a partir da ideia de regimes; no entanto, registre-se: o que as autoras chamam de regime, estou chamando de contexto político. Já em relação à proposta da identificação dos atores politicamente relevantes e do mapeamento dos subsistemas de políticas públicas, que projeta o olhar do analista à ação (e à trajetória do acumulado de ações) dos movimentos, importa destacar que é uma opção focada na ação institucionalizada (Dowbor, 2012), terminando insuficiente para a análise de movimentos que não interagem com o Estado.

Neste contexto, pergunto: O que leva um movimento a descartar totalmente o Estado em suas ações mesmo com instituições participativas “a sua disposição”? Ou, por outro caminho: o que leva um movimento a considerar o Estado em suas ações mesmo quando se vão fechando as possibilidades de participação? Ou, ainda: o que leva um movimento a participar, primeiro, e descartar a participação, depois? E, o que leva um movimento a não participar, primeiro, e a participar, depois? Por último: o que leva

um movimento a participar institucionalmente e a construir experiências para além do Estado em um mesmo intervalo de tempo? Para tentar responder tais questões, é preciso olhar para o contexto político e suas consequências à abertura ou fechando do Estado para poder compreender suas implicações às relações movimentos-Estado.

Na seguinte seção, apresentarei as reflexões que caracterizam uma proposta de esquema interpretativo como um esquema estrutural-relacional. Meu objetivo é perceber como um ou outro contexto poderá produzir consequências às relações Estado-movimentos e, além disso, como essas consequências podem significar abertura ou fechamento do Estado à participação fazendo alterar-se também sua qualidade e, por sua vez, a da democracia. Vale registrar, por último, que aqui me aproximo, mas busco transcender os argumentos da TPP. O Estado não é a totalidade do social, mas parte dela. Portanto, se a literatura brasileira de movimentos e participação contribuiu ao argumento de que os próprios movimentos constroem oportunidades políticas, quero defender que o emprego do termo **relacional** não pode limitar-se à relação dos movimentos com o Estado, alcançando um conjunto mais amplo de condições que conformam os contextos políticos.

Contextos políticos: pensando em condições estruturais-estruturantes

Um primeiro destaque é sobre a própria relação contexto-ação. Incorporar à análise, seja a acadêmica seja a de táticas dos próprios movimentos, as condições estruturais, que aparentemente podem aparecer como inalcançáveis aos movimentos, possibilita percebê-las como parte do conjunto de dinâmicas que, pelo contrário, poderão ser alcançadas e transformadas por eles. Isso tem consequências analíticas e

práticas importantes na medida em que tais condições, se vistas como tal, podem passar a ser consideradas como prioritárias e modificáveis pelos movimentos, fazendo com que eles direcionem parte de seus recursos e esforços para a transformação daquelas estruturas. Ou seja, tratam-se de condições sempre estruturais-estruturantes, nunca apenas estruturais porque a ação dos movimentos mais ou menos impacta as estruturas.

Nesta esteira, é importante ter em mente duas constatações: (i) contextos políticos determinados podem desembocar em horizontes limítrofes de a) total impossibilidade de participação, por um lado, e de b) alta possibilidade de participação, por outro; e, (ii) mesmo em contextos altamente atraentes à participação, movimentos podem decidir por ações extrainstitucionais, para além ou apesar do Estado, que podem ou não ser de tipo conflitivas. Diante disto, analisar as ações dos movimentos subalternos a partir da diversidade de combinações das condições estruturais-estruturantes de um determinado contexto político poderia ser um compromisso tanto de quem busca saber “como participam os movimentos que participam” quanto de quem busca saber “por que não participam os que não participam”.

Buscando cumprir minimamente essa dupla tarefa, sistematizei um conjunto de condições estruturais-estruturantes para a definição de contextos políticos. Primeiro, entendo que é preciso observar o **projeto político** de cada governo em cada período analisado; aqui estou pensando com Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). Em segundo lugar, recorro às reflexões de Bringel e Falero (2016), que caracterizam os **tipos de governos** na América Latina. Entendo necessário, ainda, pensar em termos de **relações internacionais**, ou seja, sobre (a) **tipos de associação diplomática** (Briceño, 2014; Novion, 2019; Rodriguez, 2012) e sobre (b) **tipos de associação macroeconômica** (Boito Jr.; Berringer, 2013; Boron, 2019; Martins, 2011; Meiksins Wood, 2003) na relação centro-periferia no sistema-mundo capitalista-colonial. Outras condições podem ser úteis nesta empreitada, me parece óbvio.

Avalio, no entanto, que com estas já é possível indicar padrões tendenciais de relações Estado-movimentos.

Tabela 1:

Condições estruturais-estruturantes e as possibilidades contextuais.

	Distintas condições estruturais-estruturantes
Projeto político	a) Autoritário; b) Democrático-participativo; c) Neoliberal.
Tipo de governo	a) Gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social; b) Gestão empresarial com governos de direita política; c) Gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada; d) Gestão contraditória com tentativa de transformação da forma-Estado herdada.
Relações internacionais	a) Unilateral; b) Multilateral.
	a) Neodesenvolvimentista; b) Neoliberal.
Padrão tendencial de relacionamento Estado-movimentos	a) Violento-hostil; b) Integrativo-cooperado.

Fonte: elaborado pelo autor.

Acompanhando a ordem da Tabela 1, começo pela ideia de projetos políticos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), que sistematizaram três diferentes tipos de projetos: o projeto autoritário, o projeto democrático-participativo e o projeto neoliberal. Um primeiro destaque que faço é o do caráter de

intencionalidade de cada um dos três. Dado esse caráter, as intenções de cada projeto poderão sempre se materializar apenas mais ou menos na prática; mesmo assim, é possível definir uma série de características para cada um deles.

No caso do projeto autoritário, por mais que atualmente já se saiba que as ditaduras latino-americanas operavam com diversos tipos de vínculos com a sociedade civil, com destaque para o mercado e suas relações clientelistas, neste projeto o núcleo gravitacional da organização da vida em comum encontra-se no polo do Estado na relação Estado-sociedade civil. Esse projeto não prevê qualquer sorte de mecanismos para que a população participe das tomadas de decisão governamentais, sendo que até mesmo o voto para o comando do executivo é vedado, talvez a principal marca de tal modelo quando colocado em perspectiva com qualquer que seja o tipo de democracia.

Do outro lado, no caso dos projetos democrático-participativo e neoliberal, há compartilhamento da responsabilidade pela organização da vida em comum entre Estado e sociedade civil, mas, ele se dá por motivos distintos e com configurações substantivamente opostas. Se, no primeiro caso, o Estado cresce e incorpora a sociedade civil dificultando a identificação de suas fronteiras, no segundo caso o Estado diminui e demarca aquelas fronteiras, ainda que as vezes utilizando-se da linguagem do projeto democrático-participativo (Dagnino et al., 2006). Ou seja, enquanto este último busca integrar no arranjo institucional os diferentes sujeitos individuais e coletivos da sociedade civil, o neoliberal combina participação seletiva com transferência de responsabilidades e até de execuções do Estado para a própria sociedade civil, sobretudo na figura das organizações não-governamentais (ONGs).

A segunda das quatro condições estruturais-estruturantes é a dos tipos de governos latino-americanos, proposta por Bringel e Falero (2016). Buscando características principais da forma de gestão de um ou outro governo nacional latino-americano, os quatro diferentes tipos de governos, para os autores, são: a) “Gestión con autoritarismo selectivo y violencia extendida en el tejido social”, b) “Gestión empresarial con gobiernos de derecha política”, c) “Gestión empresarial con gobiernos progresistas sin intento de transformación de la forma Estado heredada” e d) “Gestión contradictoria con intento de transformación de la forma Estado heredada” (Bringel; Falero, 2016, p. 39).

Em primeiro lugar, os autores definem a gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social como um tipo de governo no qual o acento está no exercício do poder como dominação através da força (constrangimento, coerção e violência explícita). No entanto, como pode parecer óbvio, essa força, ora com roupa de constrangimento e/ou coerção, ora com roupa de violência, não se aplica a todos os grupos sociais; por isso os autores falam de um autoritarismo seletivo. E, quem sofre com esse tipo de governo? A rigor, seus opositores político-ideológicos.

Já em relação à gestão empresarial com governos da direita, Bringel e Falero empurram o acento do tipo de governo para o caráter empresarial e produtivista da referida forma de gestão. Este tipo de governo tem como características principais e combinadas a técnica, o equilíbrio financeiro (fiscal, na linguagem estatal) “a qualquer preço” – por isso gestão empresarial – e o conservadorismo cultural. Em relação a esta última, para fins de elucidação, vale dizer que se tratam de governos nada sensíveis às discussões sobre gênero, raça e sexualidade, por exemplo.

O terceiro tipo de governo proposto pelos autores é o da gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de

transformação da forma-Estado herdada. Como a própria denominação indica, mantem-se parte da forma de gestão anterior, mas, alteram-se outras. Do que fica, ainda que de forma "suavizada": a técnica e a eficiência financeira – não é tarde dizer, tal característica sempre será uma forma de aceno ao mercado. No entanto, saltam aos olhos duas importantes características outras: redistribuição da riqueza produzida e progressismo cultural. No primeiro caso, refiro-me às políticas compensatórias como valorização do salário mínimo, renda mínima, fortalecimento de sistemas públicos de saúde, dos equipamentos educacionais combinado às ações como as cotas socioeconômicas, por exemplo, entre outras. Já em relação ao progressismo cultural, refiro-me justamente ao contrário do tipo anterior, ou seja, se lá falta sensibilidade às pautas feministas, antirracistas, dos movimentos LGBTQIA+, entre outros, aqui elas são mais ou menos percebidas na forma de políticas inclusivas. São governos que, em maior ou menor medida, se abrem à participação institucional de movimentos subalternos.

Por último, a gestão contraditória com tentativa de transformação da forma-Estado herdada é um tipo de governo no qual o destaque está na ideia de transformação. Este tipo de governo se parece com o anterior em relação à redistribuição e ao progressismo cultural e, via de regra, é marcado pela integração dos movimentos subalternos, por diversas formas de instituições participativas, nas discussões e tomadas de decisão públicas. Há uma busca explícita pela transformação da forma-Estado que tocará tanto na burocracia real quanto nos símbolos, referências e princípios da forma de organização da vida em comum característica dos Estados-nação em geral. Tentar transformar a forma-Estado é, na maioria dos casos, compromisso firmado com os movimentos subalternos antes mesmo da chegada dos governos em questão nos executivos nacionais.

As duas próximas condições aparecem sob um mesmo “guarda-chuva”, que optei por chamar de relações internacionais. Portanto, abaixo deste guarda-chuva das relações internacionais, encontro duas outras condições estruturais-estruturantes: a) a associação diplomática e a b) associação macroeconômica.

Começo pela associação diplomática. Sobre suas possibilidades são distintas as abordagens de José Briceño (2014), Jacques de Novion (2019) e Júlio César Rodríguez (2012), aqui acionadas. No entanto, todas ajudam a perceber que um país, sobretudo no contexto dos países do Sul global, que opta pela associação diplomática unilateral⁴ no lugar da multilateral acabará refém daquele único parceiro internacional, obviamente do Norte global, com quem termina confiando relações exclusivas e de submissão. Analisando o pensamento de Juan Carlos Puig, Briceño (2014, p. 29–30) destaca:

“La integración en sí misma tampoco es autonomizante. En el fondo es instrumental, y su sentido dependerá del objetivo que se fije, asevera Puig. En su opinión, uno de los defectos fundamentales de las propuestas de integración que se promovieron entre los años sesenta y ochenta del siglo XX fue su unilateralidad [na relação com os EUA], que se manifestó en su énfasis en lo económico y, dentro de este aspecto, en la búsqueda de la interdependencia, tratándose, además, de una integración promovida por los Estados. Puig plantea la necesidad de superar este modelo de integración por uno sustentado en los valores compartidos de los países latinoamericanos y que sea instrumental al proceso de «autonomización» de la región”

⁴ Optarei pelo termo **unilateral** ao **bilateral** para destacar a condição subalterna dos países latino-americanos na estrutura do sistema-mundo capitalista-colonial. Enquanto uma relação bilateral poderia indicar uma ideia de “ganha-ganha” naquela relação, a relação unilateral indica uma relação “perde-ganha”, na qual os países do Sul perdem e os do Norte ganham (Novion, 2019).

O destaque do autor ajuda a perceber que a integração dos países latino-americanos, portanto do Sul global, quando se dá pela via unilateral, acabará expondo e até aprofundando os problemas da condição subalterna dos países latino-americanos na estrutura do sistema global. Além de consequências econômicas, que tentarei evidenciar mais adiante, esse tipo de associação também produz consequências políticas e culturais. No campo da política, significa alguma sorte de isolamento que poderá cobrar alto custo nas rodadas de acordos globais, por exemplo. Já no campo da cultura, a associação unilateral poderá, sempre considerando a condição subalterna dos países latino-americanos na relação Norte-Sul, resultar em tentativas de apagamento de culturas históricas, por um lado, e de universalização de culturas exógenas, por outro.

Nesta esteira, Novion (2019) faz importantes alertas em relação, sobretudo, às formas de atuação dos EUA no “tabuleiro” das relações internacionais. O autor examina as formas com que os norte-americanos vão impondo-se diante dos países latino-americanos a partir da estratégia do discurso da segurança nacional e regional, por um lado, e da falsa integração regional-multilateral que sempre acaba se revelando como unilateral, por outro. Ao denunciar esse tipo de prática relacionada à ideia de panamericanismo, destaca o autor (2019, p. 4): “Una propuesta construida por el gobierno de EUA y ofertada como alternativa de integración multilateral. Una política propuesta multilateralmente, pero construida y favorable a los intereses unilaterales.”. E, linhas mais tarde, ao passar da discussão do panamericanismo para a da integração neoliberal, assinala (2019, p. 12):

“Semejante al Panamericanismo, la globalización neoliberal se propone, inicialmente, de forma multilateral, desde una propuesta unilateral. Pero en poco tiempo regresa a la vieja estrategia bilateral. La propuesta estadounidense de creación de

una Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA-1994), surge como mecanismo de integración de todo el continente basado en las propuestas neoliberales. El fracaso de esta iniciativa se evidenció en las sistemáticas denuncias de gobiernos y movimientos sociales sobre las evidentes desventajas frente a la hegemonía"

A alternativa à associação unilateral, que ganhou destaque na região latino-americana justamente após o fracasso da ALCA, e da posterior ascensão dos governos da esquerda na região, é a associação multilateral. Um país localizado na periferia do sistema mundial, com relações multilaterais, poderá constituir-se mais autônomo naquele tabuleiro das relações internacionais diante dos países centrais. Além disso, abre-se uma nova arena na qual um ou outro país periférico protagonizará alguma liderança regional além de protagonismo na definição dos rumos de um determinado bloco de países do Sul (Rodríguez, 2012). Vale de destaque que, por mais que as relações multilaterais entre países do Sul acabe desenrolando-se como desiguais, não pode ser automático o diagnóstico de que se tratarão de relações de submissão e até predatórias, como no caso das relações unilaterais entre os países centrais, com ênfase aos EUA, e os periféricos.

Diante do exposto sobre esta condição estrutural-estruturante, como ela se relaciona com os padrões de relações Estado-movimentos, com a possibilidade e com a qualidade da participação institucional? Novion (2019) dá algumas pistas interessantes. Primeiro, reforçando a ideia de que toda a ação, por mais que as vezes seja difícil de apreender analiticamente, produz consequências às estruturas —por isso minha opção pelo termo condições estruturais— estruturantes. Sobre este ponto, considero importante frisar que a ação de determinados movimentos subalternos que, na década de 1990, posicionaram-se contra a ALCA e, por sua vez, contra a estratégia unilateral estadunidense,

produziram importantes efeitos estruturais, caracterizando-se, assim, como um tipo de ação estruturante.

Em segundo lugar, gostaria de destacar algum grau de relação entre governos da esquerda com a estratégia multilateral. Para além disso, me utilizarei de uma inevitável relação de causa e efeito para argumentar pela relação entre os tipos de associação diplomática com a possibilidade e qualidade da participação institucional; e chegarei, assim, na seguinte condição, a da associação macroeconômica. Mesmo considerando as múltiplas variáveis que a complexidade atual do sistema mundial impõe, avalio que há uma tendencial aproximação entre a estratégia multilateral, portanto também aos governos da esquerda, e a intenção de um ou outro governo demonstrar-se sensível à participação. A partir daí, uma das causas definidoras da superficialidade ou profundidade, ou, em outras palavras, da qualidade da participação, será a combinação entre a associação diplomática multilateral com o tipo de associação macroeconômica. Minha hipótese é a de que se combinada à associação neoliberal a participação se verá limitada, abrindo caminho à ação extrainstitucional de movimentos (apesar ou para além do Estado); e, por outro lado, se combinada à associação neodesenvolvimentista, a participação poderá se ver estimulada, aprofundada, abrindo caminho à ação institucional de movimentos (com o Estado).

Neste contexto, é possível argumentar que se um país adere total ou quase totalmente à agenda neoliberal através da associação macroeconômica neoliberal como forma de integração no sistema-mundo capitalista-colonial ele poderá enfrentar importantes desequilíbrios econômicos nos quais o pêndulo descansará como valorização no polo do capital, não no do trabalho. A consequência dessa valorização do capital contra o trabalho muito antes de indicar um cenário passível de uma

relação de cooperação Estado-movimentos que leve à participação, poderá indicar, pelo contrário, para um ambiente de agitação, protestos e violência recíproca. É comum entre os marxistas o argumento de que quando mais liberalismo (ou neoliberalismo), menos democracia (Boron, 2019). Neste sentido, e indo à raiz do problema, permito-me uma extensa passagem de um trabalho de Ellen Meiksins Wood (2003, p. 45):

"[...] embora seja sempre criticamente importante lutar por qualquer reforma democrática dentro da sociedade capitalista, o capitalismo é na essência incompatível com a democracia – se democracia significa algo mais do que liberdades civis e salvaguardas processuais associadas com a democracia "liberal" ou "formal" [...]. Mas o mais sério desafio à democracia no sentido de "governo do povo" está na natureza da economia capitalista. Nem é preciso dizer que o sistema de dominação de classe, as iniquidades geradas pelo capitalismo e a relação entre riqueza e acesso ao poder são incompatíveis com a democracia nesse sentido. A democracia estadunidense, por exemplo, onde a política é bastante dependente do dinheiro grosso, é obviamente algo muito diferente de "democracia" no seu sentido literal. Além disso, o capitalismo é antidemocrático porque qualquer atividade ou serviço mercantilizado, qualquer aspecto da vida que deve obedecer aos ditames do mercado, os imperativos da competição, da maximização do lucro e da acumulação de capital, permanecem fora do alcance da responsabilidade democrática".

O que eu gostaria que ficasse fixado, a partir da contribuição da autora, é que quanto mais capitalismo (em sua etapa atual: quanto mais capitalismo neoliberal), menos democracia⁵ porquê

⁵ Aníbal Quijano, em um texto do final da década de 1990 (*Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas*, 2014, p. 462) é outro que compartilha de tal análise: "[...] liberalismo y democracia mantuvieron en el debate y en la práctica políticos, y por no poco tiempo, relaciones más bien tensas, cuando no abiertamente hostiles. Inclusive la

mais desigualdades entre donos dos meios de produção e trabalhadores, entre dominadores e dominados, entre representantes e representados. Se a associação neoliberal exacerba o capitalismo e reduz a fertilidade da democracia, obviamente, se reduzirá também a fertilidade da participação institucional.

Uma alternativa à associação neoliberal pode ser a neodesenvolvimentista, como já mencionado. Antes de ir aos seus detalhes, vale a pena assinalar que esse tipo de associação é também uma forma de integração dos países subdesenvolvidos (ou do Sul, ou periféricos) ao sistema capitalista mundial; não há nenhuma sorte de tentativa de rompimento com este sistema, portanto. Esse diagnóstico é importante porque revela que a problemática democracia contra capitalismo, para usar os termos de Meiksins Wood, não se resolve sob essa forma de associação. Portanto, ainda que a qualidade da democracia possa ser alterada para melhor diante da associação neodesenvolvimentista, se estará falando sempre de, no máximo, "suavização do capitalismo para mais democracia", nunca de "democracia contra o capitalismo".

Se a associação macroeconômica neoliberal pode ser caracterizada como a adesão às normas do Consenso de Washington, Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer (2013, p. 32), mirando para a experiência brasileira, ajudam a compreender sob quais características se revela a forma neodesenvolvimentista de integração ao sistema-mundo capitalista-colonial, a saber:

"O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990 [experiência de associação macroeconômica neoliberal brasileira], é bem mais modesto que

democratización (universalización) del voto, en la propia Europa es una conquista más bien reciente."

aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista".

Ampliando o olhar à América Latina e com base na diferenciação desenvolvimentismo *versus* neodesenvolvimentismo, Cristina Cavalcante (2021, p. 168) destaca:

"Claudio Katz (2015) plantea algunas diferencias entre el desarrollismo clásico y el neodesarrollismo: a diferencia del primero, el segundo promueve mayores alianzas con el agronegocio, relativiza el deterioro de los términos de intercambio, se aleja del enfoque centro-periferia y prioriza el tipo de cambio. El autor también caracteriza al neodesarrollismo a partir de cinco planteamientos: 1) mayor intervención estatal para impulsar el desarrollo; 2) presencia de políticas económicas heterodoxas como instrumento para el crecimiento; 3) tiene por objetivo retomar la industrialización para aumentar el empleo urbano; 4) tiene por meta reducir la brecha tecnológica; y 5) toma por modelo el avance exportador del sureste asiático".

Voltando ao Brasil como exemplo explicativo, Boito Jr. e Berringer (2013, p. 31) dirão que somente foi possível o neodesenvolvimentismo recente no Brasil em função da conformação de uma verdadeira frente ampla no seio da sociedade civil,

"tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o

campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou 'massa marginal'".

No que em economia a teoria marxista em toda sua diversidade de abordagens chamou de conciliação de classes, me parece claro que, desde uma ótica da política, se tomo como base a democracia rousseauiana ou a ateniense, há uma explícita tentativa de integração do "povo" e de sua diversidade de interesses na gestão dos assuntos públicos na conformação citada por Boito Jr. e Berringer. Há, portanto, nos marcos do capitalismo, um aprofundamento, ou qualificação, da ideia de democracia quando desta opção neodesenvolvimentista. Estou sugerindo que a associação neodesenvolvimentista, por suas condições de implementação e essência de operação, explorará mais a democracia do que a associação neoliberal. As formas de tal exploração se revelarão como instituições participativas, mas não só nelas, como mostraram Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) e Matheus Mazzilli Pereira (2020), por exemplo.

Das condições estruturais-estruturantes aos padrões tendenciais de relações Estado-movimentos

Feitas as descrições e reflexões ao redor das três condições estruturais-estruturantes com as quais estou sugerindo definir os contextos políticos, falta dizer que para a análise de um caso determinado⁶, proponho que as diferentes combinações entre as

⁶ Não é meu objetivo neste texto analisar uma diversidade de casos empíricos, tal esforço demandaria um número elevado de elementos dos quais não disponho. O que é importante considerar e reforçar, no entanto, é que a sistematização das condições estruturais-estruturantes de um contexto político determinado levará a um ou outro padrão tendencial de relações Estado-movimentos. A confirmação de se a tendência se confirma

condições engendrarão dois distintos padrões tendenciais de relações Estado-movimentos. Os padrões, são: a) **integrativo-cooperado** e b) **violento-hostil**.

Começo pelo padrão tendencial de relacionamentos Estado-movimentos de tipo violento-hostil. Um primeiro destaque a se fazer sobre ele é que se trata de um padrão que, em relação as duas primeiras condições organizadas na Tabela 1, muito dificilmente a combinação não será entre projeto político autoritário e gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social, respectivamente. Já a terceira condição, das relações internacionais, poderá variar, tanto na associação diplomática quanto na macroeconômica. Vale a pena dizer, no entanto, que uma associação diplomática unilateral, a depender das características do país central com o qual a associação é confiada, poderá aprofundar uma situação de fechamento democrático interno, por exemplo, possibilidade essa hipoteticamente descartada, do ponto de vista da diplomacia, quando para o caso de uma associação multilateral que não confia exclusividade a um único país central. Em uma situação limítrofe, esse padrão estará operando sob encerramento total da democracia, tal qual nas ditaduras latino-americanas, com altas taxas de violência e hostilidade estendidas à sociedade civil.

Sob este padrão as ações de movimentos subalternos poderão se revelar de distintas formas, mas, em geral, aparecerão como confronto político extrainstitucional através de marchas,

na prática deverá ser realizada através da análise da trajetória de um movimento X em um contexto Y. Em minha tese de doutorado recentemente publicada (Oliveira, 2021), por exemplo, ao analisar as trajetórias dos movimentos de economia solidária de Brasil e México, assim como os contextos políticos de cada país de 1995 à 2020, a análise indicava, no caso brasileiro, à padrões tendenciais integrativo-cooperados nos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), e violento-hostil nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-até o momento). Já no caso mexicano, durante os governos de Zedillo (1994-2000), Vicente Fox (2000-2006), Calderón (2006-2012) e Peña Nieto (2012-2018) o padrão era violento-hostil, enquanto no recente período de governo de López Obrador (2018-até o momento) o padrão alterou-se à integrativo-cooperado.

ocupações de espaços e equipamentos públicos, greves, obstrução de ruas e rodovias, outros; como no caso das ações autônomas apesar do Estado (Oliveira, 2021). Mas, a depender da ação estatal, tratando-se de mais hostilidade do que violência, também poderão se manifestar como ações extrainstitucionais a priori não conflitivas, como no caso de ocupações urbanas de moradia, de ocupações rurais, de grupos de trabalho coletivo-associado e seus pequenos sistemas econômicos marginais ou, ainda, como em experiências indígenas e quilombolas; como no caso das ações autônomas para além do Estado (Oliveira, 2021).

Já o padrão de relacionamentos Estado-movimentos subalternos de tipo integrativo-cooperado se abre à análise da qualidade da participação; e essa poderá ser interpretada também como a qualidade da própria democracia. Importa dizer que podem ser variadas as combinações de condições que produzirão este tipo de padrão de relações. Como hipóteses limítrofes, uma combinação entre projeto político democrático-participativo, com gestão contraditória com tentativa de transformação da forma-Estado herdada e com relações internacionais de tipo multilateral e neodesenvolvimentista poderá representar aprofundamento democrático. Por outro lado, um projeto político neoliberal, combinado à gestão empresarial com governos de direita e relações internacionais de tipo unilateral e neoliberal poderá revelar retrocessos democráticos. Obviamente, existem flutuações entre os dois extremos, que serão indicadas por outras combinações de condições. Se na primeira hipótese, por exemplo, se tratar de uma gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada, é provável que a participação não seja tão explorada quando na hipótese original.

Esse tipo de relação poderá ser também palco de confronto extrainstitucional Estado-movimentos assim como de ações

extrainstitucionais não conflitivas, mas, no entanto, a novidade aqui são justamente as ações institucionais —como no caso das ações autônomas com o Estado (Oliveira, 2021)— fruto da integração dos movimentos no Estado com fins cooperativos. E, é justamente ao protagonizarem esse tipo de ação, institucionalizada e cooperada (como no caso brasileiro nas experiências dos Orçamentos Participativos [OPs], dos conselhos gestores de políticas públicas, das conferências, das audiências públicas, da ocupação de cargos na burocracia estatal, da eleição de militantes à cargos legislativos, otros) que os movimentos passam à protagonistas das experiências de participação. No entanto, a participação como tática de ação somente poderá ser confirmada quando levada à análise de cada caso específico e de suas particularidades. Será essa análise mais refinada que poderá, desde a perspectiva da participação e da teoria democrática (Pateman, 1992), somada à sistematização das condições estruturais-estruturantes, indicar se no interior de um padrão tendencial integrativo-cooperado as possibilidades de participar serão de tipo **pseudoparticipação**, de **participação parcial** ou de **participação plena** (Oliveira, 2021).

Se para as duas primeiras condições (projeto político e tipos de governo), no âmbito dos dois padrões em tela, suas próprias denominações indicam para um entendimento mais ou menos intuitivo de seus significados, o mesmo não se aplica às associações diplomática e macroeconômica (relações internacionais). Neste sentido, e neste primeiro momento considerando as possibilidades que levariam ao padrão tendencial violento-hostil, não é menor esclarecer que meu argumento é o de que um contexto de associação macroeconômica neoliberal tendencialmente levará a um padrão violento-hostil. As consequências econômicas do neoliberalismo, sustentadas pela valorização ilimitada do capital na relação capital-trabalho não indica a uma situação de

colaboração movimentos-Estado já que os valores econômicos defendidos pelo Estado neoliberal estão em profunda contradição com os valores da classe trabalhadora e demais movimentos subalternos. Nesta esteira, a precarização radical da vida das populações subalternas cedo ou tarde animará os movimentos à confrontação extrainstitucional já que aquela diferença no campo dos valores econômicos somente em situações extraordinárias acarretará em experiências de colaboração Estado-movimentos, com exceção dos casos de clientelismo, por exemplo. Por outro lado, a associação macroeconômica neodesenvolvimentista cumpriria papel contrário, já que no campo dos valores econômicos ela representa uma tentativa de equilíbrio relativo entre capital e trabalho, na qual o Estado aparece como protagonista das negociações entre mercado e movimentos, sobretudo, os sindicais do campo e das cidades.

Não é à toa que estrou tratando de padrões tendenciais. É correto dizer, por exemplo, que só há violência na relação Estado-movimentos quando o padrão for o violento-hostil? Não, não é. O que quero indicar, no entanto, é que em um contexto político com padrão violento-hostil a violência e a hostilidade serão a regra, não a exceção. Portanto, não será surpreendente que este padrão apresente, inclusive, oportunidades de participação; no que Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) chamaram de confluência perversa. Tendencialmente, no entanto, se tratará de pseudoparticipação. Por outro lado, é preciso dizer que poderá haver violência e hostilidade em uma relação de tipo integrativa-cooperada. Neste caso, no entanto, a violência e a hostilidade serão exceções e não a regra, ainda que nunca devam ser tratadas, essas exceções, como casos isolados porque certamente poderão ser mais ou menos antecipados pela análise da combinação do conjunto de condições estruturais-estruturantes.

Importa mencionar que essa certa ambiguidade de ambos os padrões —ou seja, também há integração e colaboração em contextos de violência e hostilidade e também há violência e hostilidade em contextos de integração e cooperação— é confirmada pelas análises de Euzeneia Carlos (2012), que demonstrou com ampla amostragem empírica que pode haver tanto cooperação quanto confrontação em uma mesma temporalidade determinada.

Reflexões finais

Busquei, neste artigo, como objetivo principal, colocar em relevo o argumento de que a análise da ação dos movimentos subalternos termina prejudicada quando não articulada com um olhar ampliado que alcance compreender como caracterizam-se os contextos políticos de um ou outro país em períodos determinados de tempo. Para além de simplesmente perceber as relações entre contexto e ação, o enquadramento de contextos políticos parece ajudar na compreensão de quais das estruturas de poder e dominação que sustentam e reproduzem o sistema-mundo capitalista-colonial merecem maior atenção dos movimentos. Neste sentido, perceber que tais estruturas são alcançáveis pelos movimentos é um diagnóstico importante, uma vez que assim o enfoque é lançado às suas ações como capazes de incidir naquelas estruturas. Por isto, dizer condições **estruturais-estruturantes** é mais do que um capricho linguístico; é, por outro lado, uma forma de reivindicar o poder transformador da ação dos movimentos subalternos no seio do sistema mundial.

Reconhecendo que outras condições podem ser sistematizadas e acionadas pelo analista, entendo que o esforço analítico que, além de destacar as ações de movimentos em si mesmas, busca compreender quais são os projetos políticos, os tipos de governo e

as dinâmicas das relações internacionais (associações diplomática e macroeconômica) será um esforço que poderá entregar resultados promissores tanto à produção do conhecimento sobre movimentos sociais quanto à prática política. Neste âmbito é claro que, como em toda generalização que em maior ou menor medida é parte da sistematização do conhecimento, as reflexões aqui apresentadas encontram limites. Somente a pesquisa qualitativa aprofundada poderá compreender, por exemplo, quais as motivações que levam um movimento a não participar em contextos de padrão integrativo-cooperado, assim como a insistir na participação quando ela não é totalmente encerrada nos contextos de violência e hostilidade. Nestes casos, elementos de caráter mais subjetivo (formação histórica de identidades, diversidade cognitiva, visões de mundo, ferramentas teóricas, relação com outros movimentos, outros.) podem ser determinantes.

Por último, vale a pena assinalar que entender como cada combinação das condições estruturais-estruturantes desemboca em padrões tendenciais de relações Estado-movimentos, podendo indicar para os tipos integrativo-cooperado ou violento-hostil, parece-me uma contribuição relevante. Com tal diagnóstico em mãos, inaugura-se uma ferramenta tanto analítica quanto prático-política que pode ser útil para que os movimentos decidam se empregam mais ou menos recursos e energias seja nas ações **para além do Estado**, seja nas **apesar dele**, seja ainda naquelas que **contam com ele**.

Bibliografía

Abers, R., Serafim, L., y Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325–357.

- Abers, R., Silva, M. K., y Tatagiba, L. (2018). Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, 105, 15-46.
- Boito Jr., A., y Berringer, T. (2013). Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (47), 31-38.
- Boron, A. A. (2019). El hechicero de la tribu: Mario Vargas Llosa y el liberalismo en América Latina. Ciudad de México: Ediciones Akal México.
- Briceño, J. (2014). Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto. Su relación con el regionalismo en América Latina. *Cuadernos Sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, 9(18), 9-41.
- Bringel, B., y Falero, A. (2016). Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. *Caderno CRH*, Salvador, 29(03), 27-45.
- Carlos, E. (2012). Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. Tesis de Doctorado presentada al Posgrado en Ciencia Política de la FFLCH/USP.
- Cavalcante, I. C. de S. (2021). Desarrollismo, neodesarrollismo y progresismo en Brasil: un análisis histórico-estructural de los pactos político-económicos. Tesis de Doctorado presentada al Posgrado en Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana - Cuajimalpa.
- Dagnino, E., Olvera, A., y Panfichi, A. (2006). Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Dinerstein, A. C. (2013). "Autonomía y Esperanza: la nueva gramática de la emancipación". In: DINERSTEIN, Ana Cecilia (Comp.). *Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Dowbor, M. W. (2012). A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese de Doutorado Apresentada Ao Doutorado Em Ciência Política Da FFLCH/USP.

- Martins, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Meiksins Wood, E. (2003). O que é (anti)capitalismo? *Crítica Marxista*, 39, 37–50.
- Novion, J. de. (2019). "Hegemonía, Geopolítica y Seguridad en las Américas: apuntes desde los estudios latinoamericanos". In: Igreja, Rebecca L.; Hoffmann, Odile; Pinto, Simone R. (Orgs.). *Hacer Ciencias Sociales Desde América Latina: Desafíos y Experiencias de Investigación*. Brasília: FLACSO.
- Oliveira, G. M. de. (2019). Contexto democrático e interação Estado-movimentos sociais: para uma interpretação desde a autonomia. Actas del 43o Encontro Anual Da Anpocs, de 21 a 25 de Outubro de 2019, Em Caxambu - MG.
- _____(2021). "Caminhar perguntando": para além, apesar ou com o Estado? A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.
- Oliveira, G. M. de, y Dowbor, M. W. (2018). As relações entre movimentos sociais e Estado pelo prisma da autonomia: uma revisão da bibliografia recente. Actas del 42o Encontro Anual Da Anpocs, de 22 a 26 de Outubro de 2018, Em Caxambu - MG., 1–19.
- _____(2020a). Negar e construir a partir das ações de movimentos: três tipos de autonomias territoriais no México. *Polis, Revista Latinoamericana*, 19(56), 10-23-
- _____(2020b). Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. *Latin American Perspectives*, Issue 234, 47(5), 49-61.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pereira, M. M. (2020). Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 31, 301-338.
- Quijano, A. (2014). "Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas". In: GANDARILLA, José Guadalupe; PERALTA, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.

- Rodriguez, J. C. C. (2012). Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 55(2), 70–89.
- Souza, M. L. de. (2006). Together with the state, despite the state, against the state: social movements as “critical urban planning” agents. *City*, 10(3), 327-342.
- _____(2010). Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *CIDADES*, 7(11), 13–47.
- Tarrow, S. (2009). O poder em movimento: movimentos sociais e o confronto político. Petrópolis: Vozes.
- Tilly, C. (2006). Regimes and repertoires. Chicago: University of Chicago Press.



Este obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional.